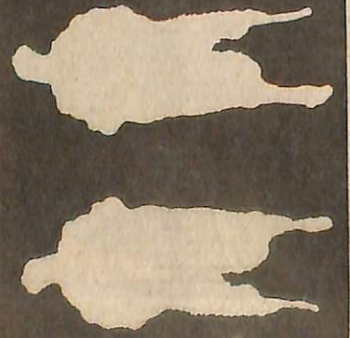
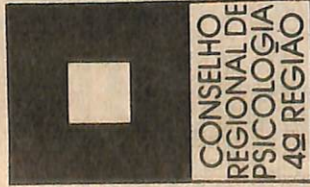


JP-015 - Col



Belo Horizonte
Ano 9
Número 29
Nov/Dez — 1989

JORNAL DO PSICÓLOGO

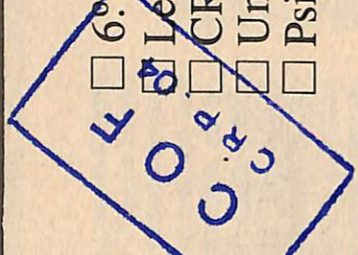


CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
4ª REGIAO

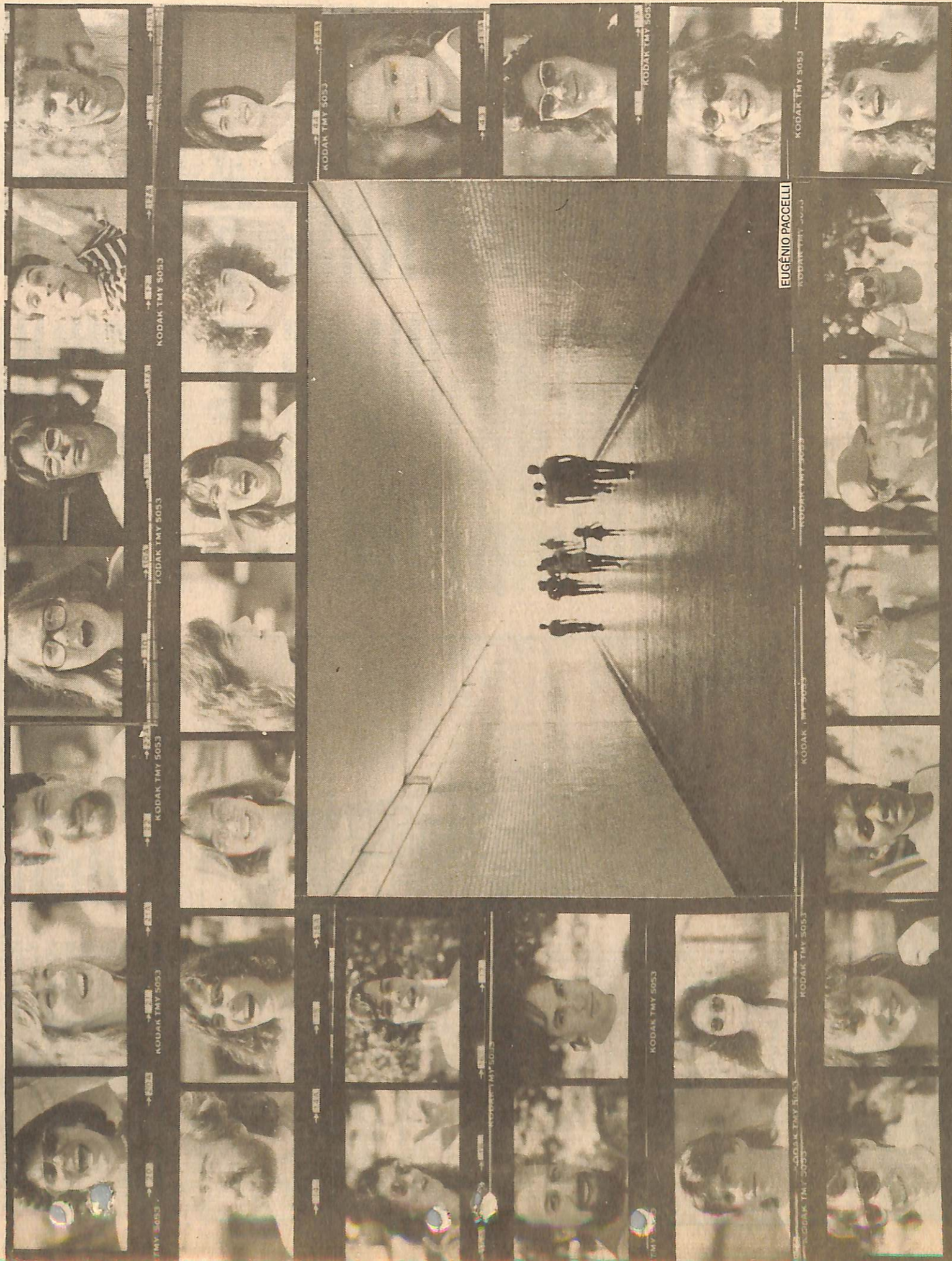


6º
PLENÁRIO
CRP-04

NÚMERO
NESTE



- 6º plenário apura irregularidades no CRP - Pág. 3
- Lei antimanicomial no Congresso - Pág. 7
- CRP enfrenta CRA. - Pág. 8
- Uma homenagem à Sônia Viegas. - Pág. 9
- Psicologia e ação política. - Pág. 11



EUGÊNIO PACCELLI

EUGÊNIO SÁVIO

O gesto traça o percurso e traduz o objetivo.
Define o sentido da jornada.



Dois momentos

Viabilizar a democratização do CRP e implementar mudanças na estrutura administrativa do órgão. Dois momentos que convergem para o mesmo objetivo: tornar o CRP-04 uma entidade ágil, representativa dos psicólogos, enquanto agentes sociais de mudança e não como membros de uma corporação gerenciada e protegida por uma autarquia federal, mera executora de formalidades legais e burocráticas.

O 6º Plenário vive intensamente, e com muito trabalho, estes dois momentos. Nas reuniões semanais, os Conselheiros discutem e deliberam sobre questões administrativas e políticas. Uma vez a cada bimestre, tem lugar um dia inteiro de debates acerca de questões mais complexas que demandam maior aprofundamento. É o caso de temas como Ética, Fiscalização, e mesmo sobre as diretrizes políticas da en-

tidade, que devem ser reavaliadas dinamicamente face aos momentos nacionais, e reorientadas na perspectiva de uma entidade representativa de profissionais cidadãos.

As comissões específicas, já enriquecidas em número e recriadas na prática, são a via concreta de viabilização do trabalho do CRP. Cada Conselheiro participa de no mínimo duas comissões, que se reúnem, pelo menos, uma vez por semana (veja matéria pág. 5).

Mas a burocracia também existe. E nós psicólogos, tão pouco afeitos a estes tais de despachos, contabilidade, funcionário, fluxograma, cota-parte, etc., tivemos que pegar as questões administrativas como um "touro pelo chifre". Nesse processo, depois de constatar irregularidades (veja matéria na página 3) e pontos de es-

trangulamento, como falta de espaço, processos e papéis encaixotados e empregados trabalhando em funções mal distribuídas, optamos por contratar uma consultoria de administração, que, diariamente acompanhada, e subsidiada pela diretoria implementa mudanças administrativas, com profissionalismo. O CRP já mudou de endereço, buscando espaços mais amplos de trabalho e, em breve, será informatizado. Estas medidas vão permitir eficiência no despacho de documentos, na prestação de informações e no controle efetivo de toda papelada burocrática, que cresce a cada ano com o constante acréscimo no número de profissionais inscritos — para se ter uma idéia, só em 1989 mais de 30 mil documentos bancários foram emitidos pelo CRP e contabilizados manualmente.

Ocupados os espaços, os Conselheiros do 6º Plenário podem reafirmar, não

como lembrança, mas com a disposição renovada pelo trabalho já realizado e a realizar, o que diziam no discurso de posse: "O que dá vontade de falar neste momento, é do nosso entusiasmo. Entusiasmo por termos desejado desenvolver um trabalho nesta entidade e termos conseguido chegar lá. Em nome da Chapa 1, cumprimentamos a todos os 4.900 psicólogos que, com seu voto, referendaram o processo de democratização deste Brasil/89, também no CRP.

Fomos escolhidos, fomos legitimados. Vamos por isso também ser questionados e fiscalizados como nunca antes. Sabemos que isso é elemento fundamental na instauração dos processos participativos. É exatamente neles que, antes de tudo, acreditamos. É por este objetivo maior e nossa satisfação nele, que temos a energia, a disponibilidade e o prazer de assumir este desafio".

Páginas abertas

Um novo rosto e espaços a conquistar. Como um embrião, que ao nascer já tem todas as informações fundamentais ao seu desenvolvimento, mas com formas ainda não delineadas, é este número do Jornal do Psicólogo.

Concebemos esta edição especial de fim de ano, que circula sem o suplemento científico, que está sendo re-discutido, no calor do aprendizado de trabalhar e de viver um novo Conselho em que participar, lutar e construir a democracia em todos os níveis, deixem de ser clichês, que imprimam nas mentes e vontades a idéia do chatô, do pesado, repetitivo, oneroso.

Neste aprendizado, contribuiu a alegria popular presente nas eleições presidenciais que, sem dúvida, nos favoreceu a compreensão do novo, e de que criar/recrutar espaços, se nem sempre é fácil, é absolutamente possível e gratificante.

O Brasil é outro depois das eleições — e escrevemos este artigo antes de saber os resultados imediatos da votação. No ritmo da história, pretendemos que o CRP-04 e, particularmente, este jornal, inaugurem o pluralis-

mo, em que as alternativas se confrontem no debate e se viabilizem em opções, de fato.

Construir as condições para isto não é fácil. Sabemos. Mas não precisa ser algo terrível, impregnado de responsabilidades sombrias, culpas e cobranças. Daí a escolha do ensaiar fazendo, que esta edição realiza.

As seções informativas e formativas, os assuntos em pauta, o tratamento jornalístico às reportagens, e até o novo rosto do Jornal, aqui se delineiam. Um novo projeto gráfico e redefinição destes espaços serão feitos a partir de tudo isto e mais. A coluna Interiores, com informes dos escritórios setoriais, por exemplo, não pôde sair neste número, mas já está no projeto, que pretende encontrar lugar para a poesia, a literatura, o cinema e coisas assim.

Estas idéias estão acontecendo na nossa vontade e na nossa coragem de propor. Abrir espaços, no antes inexplorado, e possível e necessário. Como fizemos aqui. O Jornal dos Psicólogos está com as páginas abertas.

(Comissão de Comunicação Social)



Nova sede do CRP-04
Rua Sergipe, 1087,
6º andar — Savassi
Cep 30.130

Breve divulgaremos
novo telefone.





Irregularidades no CRP

A atual gestão do Conselho Regional de Psicologia/04 decidiu prestar à categoria os seguintes esclarecimentos:

1. na Assembléia Geral que ocorreu no dia da nossa posse, a gestão anterior fez uma prestação de contas e um de seus itens constava de uma aplicação, na época (28/09/89) no valor de NCz\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil cruzados novos), referente à venda de uma sala ocorrida em janeiro/89.

2. à medida que fomos nos enfrontando nas questões administrativas do Conselho, a atual diretoria não encontrou qualquer documentação referente a esta aplicação. Envidamos todos os esforços para obter os devidos esclarecimentos do antigo tesoureiro, Psic. José Luiz da Silva Espíndola, mas nem ele foi encontrado nem respondeu aos nossos chamados.;

3. passamos então a um levantamento contábil que nos levou a verificar que em julho/89 havia dado saída do CRP o dinheiro da aplicação da venda da sala, sem comprovação da aplicação ou gasto a partir daí. Na época, foi dito ao contador que este dinheiro passara a ser uma aplicação ao portador. Checamos em todos os bancos com os quais o Conselho trabalha e verificamos que não havia qualquer aplicação, nominal do Conselho, com o valor correspondente.

— Ora, por uma questão legal e de bom senso, um dinheiro público como o do Conselho, não deve estar numa aplicação ao portador. Constatada portanto esta irregularidade, tomamos as seguintes medidas:

1) contratação imediata de uma Auditoria independente, para investigações de todas as contas do CRP/04 (apesar do regimento interno prever uma Auditoria em cada fim de mandato, esta não havia sido feita pelo antigo pleiteante). O parecer final desta Auditoria é que deveria fornecer uma comprovação da irregularidade que nos possibilitasse tomar novas medidas;

2) convocação de uma reunião com a antiga diretoria: o tesoureiro José Luiz da Silva Espíndola novamente não compareceu e os demais membros se declararam bastante surpresos com o fato, que não era do conhecimento deles, pois a antiga gestão as questões financeiras estavam sob responsabilidade exclusiva do tesoureiro. Como para todo cheque, por lei, são obrigatórias as assinaturas do presidente e do tesoureiro, o ex-presidente Ricardo Moretzsohn relatou que costumava deixar cheques em branco com sua assinatura, para serem depois preen-

chidos e assinados pelo tesoureiro;

3) criação de uma Comissão Especial para acompanhar os trabalhos da Auditoria e tudo o que seja relativo a esta questão, composta dos seguintes membros: Psic. Wilson Soares Leite (ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia), Psic. Rita de Cássia Siqueira Dias (representando o 6º Plenário) e Psic. José Geraldo Oliveira Leite (representando o 5º Plenário).

Continuamos, tanto conselheiros do 5º quanto do 6º Plenário, tentando fazer contato com o Psic. José Luiz da Silva Espíndola no sentido do Conselho recuperar este dinheiro. Ele, enfim, procurou o atual tesoureiro em 21/11/89 declarando não ter no momento a quantia total que deveria ser devolvida. Entregou parte do dinheiro que estava indevidamente em seu poder, e assinou um reconhecimento de dívida, comprometendo-se a devolver o restante. Assinou também uma declaração de que isenta a antiga gestão de qualquer participação nesse episódio.

Durante todo esse tempo, os conselheiros do CRP/04, reunidos semanalmente em plenária, foram informados de tudo o que se passava e as decisões foram sempre tomadas coletivamente.

O 6º Plenário, em reunião de 27/11/89 considerando que acima das alianças e relacionamentos pessoais, estando numa função cujo compromisso maior é com a categoria, decidiu que:

1. devemos ter uma política de sempre prestar contas aos psicólogos dos problemas e ações com os quais estejamos envolvidos. E que, portanto, também esta questão será levada a partir de agora ao conhecimento do nosso público através do Jornal do Psicólogo;

2. envidar todos os esforços para receber o restante do dinheiro o mais rápido possível, entendendo que ele é da categoria, que delegou a nós o dever de cuidá-lo e administrá-lo;

3. contratação imediata de um advogado de renome e desvinculado do Conselho no sentido de dar encaminhamento a todas as medidas legais cabíveis para esclarecimento e apuração de responsabilidades.

O 6º Plenário reafirma, como questão de princípio, que devemos exigir de nós e dos outros o compromisso de gerir administrativamente o CRP com a transparência que gostaríamos de ter em nossos governantes.

Todos os Conselheiros e em especial a diretoria, estão à disposição dos psicólogos para quaisquer esclarecimentos.

6º Plenário

Esclarecimento do 5º Plenário

Neste grave momento por que passa o Conselho Regional de Psicologia — 4ª Região (MG/ES), onde foram detectadas irregularidades na prestação de contas durante a transferência de gestão do 5º para o 6º Plenário temos a esclarecer:

Considerando que a nossa gestão (set./86 — set./89) foi inteiramente balizada por uma carta-programa, onde nos comprometemos a realizar uma administração voltada para os reais interesses da categoria dos psicólogos e da sociedade, prestando todas as contas que se fizeram necessárias.

Considerando que os psicólogos são testemunhas do afanco e seriedade com que levamos as inúmeras ações e projetos desenvolvidos pelo 5º Plenário, nas mais diversas instâncias;

Considerando que isto só foi possível na medida que nos dividimos, ocupando as diversas funções e assumindo compromissos e responsabilidades individuais;

Considerando que para desenvolvermos essas funções, sempre nos baseamos em um critério de confiança mútua e de espírito coletivo entre os membros do 5º Plenário, por entendermos que essa sempre foi a maneira possível de gerenciarmos o CRP-04;

Considerando que o Conselheiro José Luís da Silva Espíndola, pelo seu curriculum profissional, credenciou-se assumindo o gerenciamento contábil-financeiro deste CRP;

Considerando que o referido psicólogo ocupou as funções de presidente e posteriormente de tesourei-

ro dessa entidade sem que fizesse nada, até então, do qual pudéssemos suspeitar da sua integridade, correção e do seu compromisso conosco e com a Categoria;

Considerando que o 5º Plenário instituiu no Regimento Interno deste CRP um dispositivo de segurança que é a exigência da contratação de uma auditoria no final de cada gestão;

Considerando que foi delegada pelo 5º Plenário ao Tesoureiro José Luís da Silva Espíndola a responsabilidade de providenciar a contratação da referida auditoria e a compra da sala;

Considerando que por artifícios diversos, o referido conselheiro não cumpriu até o final do mandato, as determinações do Plenário para as quais foi designado, aproveitando-se do clima do processo eleitoral da entidade;

Vimos a público declarar que nos causou perplexidade, indignação e profunda tristeza, ato de tamanha irresponsabilidade do já citado tesoureiro.

Traídos que fomos, nós, abaixo-assinados, Conselheiros do 5º Plenário, desejamos que todas as ações que visem o completo esclarecimento da verdade sejam realizadas.

- Ricardo Figueiredo Moretzsohn;
- Maria de Fátima Pio Cassemiro;
- Eliane Marisa Caldeira de Barros;
- Victória Marum Duarte;
- Gerson Alves Vieira;
- Rachel Morato;
- José Geraldo Oliveira Leite;
- José Estanislau Vilela;
- Marize Teodora Diniz;
- Marcus Vinícius de Oliveira Silva.

Prestação de Contas — A publicação do balancete trimestral, é uma das formas que o 6º Plenário, tem para efetuar o compromisso de transparência administrativa.

A apresentação das contas é feita mensalmente em reunião dos conselheiros, para aprovação e publicação no Jornal do Psicólogo.

Receitas Correntes	
A) Contribuições Sociais	5.302,56
B) Receita Patrimonial	91.345,15
C) Receita de Serviços	885,93
D) Receita da Dívida Ativa	2.196,26
E) Receitas Diversas	391,60
TOTAL	100.121,50
Despesas Correntes	
A) Pessoal Civil	33.631,78
B) Material de Consumo	3.777,77
C) Serviços 3ºs e Encargos	1.927,00
D) Outros Serv. e Encargos	24.535,56
E) Transferências Operacionais	9.207,09
F) Contribuições p/Formação do Boletim Serv.Público	1.019,62
G) Equipamento e Material Permanente	104,00
TOTAL	74.202,82
SUPERAVIT	25.918,68



vitória!-ES

O momento que atravessa o país nos "atravessa". Os psicólogos capixabas vivem o amadurecimento de um processo catalizado a partir de maio de 1988, quando a categoria se mobilizou em defesa do Escritório Setorial CRP-04/ES — EES, ameaçado de fechamento. Hoje, a classe parece acordar para a necessidade de discutir questões pertinentes à inserção do nosso trabalho na realidade histórica, política, econômica e social do País, na medida em que o fazer psicológico não pode ser dissociado desta realidade. Ao mesmo tempo, a posse do 6º plenário do CRP-04, a que se integra o EES, inaugura novos rumos no processo de articulação das estratégias da classe.

Em maio de 1988, o EES teve seu "ultimato", quando a proposta de fechamento de suas portas parecia a única alternativa frente ao desgaste do órgão, que se mantinha no papel burocrático de emitir carteiras de identificação profissional. A única entidade representativa estruturada no Estado, contraditoriamente, funcionava como suporte para o seu anonimato, pois as pessoas iam e vinham e não se interessavam por outra possível finalidade que ela pudesse ter. Diante da ameaça de extinção, que parecia extrema e irreversível, os profissionais que, ao longo de 4 anos, investiam suas energias para manter de pé os trabalhos do escritório, se propuseram a lutar pelos seus direitos e pensar nas possibilidades reais de mobilizar o psicólogo capixaba em torno do EES.

A partir daí, seguiram-se as reuniões semanais, com o comparecimento crescente dos colegas, convidados até por cartas à participação ou sensibilizados para o debate por grupos de interesse ou atividade, como os profissionais das áreas organizacional e clínica. Nesses encontros, da desinformação inicial e das expectativas frustradas de encontrar um escritório organizado e com seu programa de ação previamente determinado para ser colocado em prática, o grupo evoluiu para a discussão de suas próprias limitações e revisão dos projetos de atuação. Também eram evidentes as dúvidas quanto à vinculação MG/ES.

Dois eventos foram especialmente importantes para o aprofundamento das questões e para o engajamento de mais profissionais ao movimento: em junho de 89, o lançamento do livro "Quem é o Psicólogo Brasileiro", de que participaram profissionais mineiros, ligados ao CRP-04 e, posteriormente, o Congresso Estadual de Psicólogos, que elegeu delegados para o Congresso Unificado de Brasília, realizado em setembro. O Sindicato dos Psicólogos do Espírito Santo, em fase de organização, começou a se formar aí.

Passados quatro anos de lutas, podemos constatar a participação crescente e efetiva dos psicólogos capixabas nos processos decisórios e na atuação do EES. Todo o histórico anterior foi essencial para a configuração do momento atual de reflexão e de trabalho que, agora, com fôlego novo, precisa crescer com a adesão de cada psicólogo do Espírito Santo, seja na simples atualização de seu endereço junto ao EES, para se manter informado do que acontece, seja participando das reuniões das quintas-feiras no Ed. Ames, salas 1511, centro-Vitória, telefone 222-7394, fazendo a partir daí, o novo acontecer.

I Congresso Nacional Unificado — dinâmica e perspectivas

Kiko *

Participar da definição das leis de diretrizes e bases da educação e defender o ensino público e gratuito. Promover a criação do Conselho Federal de Ensino Superior e um fórum de discussão sobre formação profissional, sem interferir na gestão das Universidades. Extinguir a concepção corporativista das entidades da categoria.

Estes os resultados documentados do 1º Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos, realizado em setembro de 89, em Brasília. Escrito no papel, eles não revelam em amplitude a importância e as conseqüências deste Congresso, que reuniu mais de 200 delegados representando o Conselho Federal dos Psicólogos — CEP, a Federação Nacional dos Psicólogos — Fenapsi, os CRPs e os sindicatos de todo o país. Seus desdobramentos só podem ser avaliados sob a ótica da dinâmica que envolveu a sua realização, que significa um grande avanço histórico da classe, enquanto categoria de trabalhadores organizados.

Sem tradição de organização e com pouca experiência na realização de congressos, os psicólogos reuniram pela primeira vez entidades de caráter diverso, como os CRPs e sindicatos, com o objetivo de elaborar uma estratégia comum face às demandas sociais e da categoria.

Apesar da inexperiência, da diversidade, até histórica, das entidades envolvidas e das posições políticas que polarizaram o Congresso, sobretudo no debate de temas como formação profissional e entidades, o plenário votou pontos fundamentais para unificar as lutas dos psicólogos, embora sem discutir os encaminhamentos práticos necessários à sua viabilização.



Plenária do I Congresso Nacional Unificado

DIVULGAÇÃO

As obstruções promovidas por algumas bancadas regionais que questionaram a representatividade do Congresso, na tentativa de retirar dele qualquer caráter deliberativo, frustraram a expectativa da maioria, impedida de discutir toda a pauta.

Mesmo assim, os princípios votados colocaram na ordem do dia a discussão sobre o destino dos sindicatos e conselhos, como entidades representativas dos psicólogos, vistos sob a ótica de agentes sociais e não como membros

de uma corporação. Neste sentido, serão realizados seminários e vão circular nacionalmente jornais e revistas, conforme decisão dos CRPs, sindicatos, Fenapsi e CFP, reunidos em Brasília, no início de dezembro, num desdobramento evidente do 1º Congresso Nacional Unificado, mais um espaço político conquistado pela categoria para redesenhar os seus caminhos.

* Kiko é Francisco José Ribeiro Alves, psicólogo, Conselho Suplente do CRP-04, diretor do Sindicato dos Psicólogos e integrante da Executiva da Fenapsi.

V ENCONTRO MINEIRO DE PSICOLOGIA SOCIAL — a democratização do (re) fazer científico

No início de 1990, a Associação Brasileira de Psicologia Social-Abrapso vai publicar, na revista "Psicologia e Sociedade", os anais do V Encontro Mineiro de Psicologia Social, com patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Este não é o único, nem o mais significativo resultado do V Encontro, realizado em Cambuquira, nos dias 20 e 22 de outubro, numa promoção conjunta da Abrapso, da Associação Sul Mineira de Psicologia — Asmip e dos departamentos de Psicologia da UFMG, PUC/MG e UNIFENAS, com apoio do CRP-04 — MG/ES (Escritório Setorial Sul de Minas), da Caixa Econômica Federal, da Prefeitura Municipal de Cambuquira, da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais — Fapemig e do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais.

Vindos de Belo Horizonte, Rio, São Paulo e, a grande maioria, do Sul de Minas, os participantes do encontro, profissionais, estudantes e professores de psicologia social, tiveram a oportunidade de debater o "que-fazer-psicológico". A apresentação de casos de trabalhos desenvolvidos e a troca de informações sobre experiências profissionais na área psicossocial fortaleceram a perspectiva do caráter interdisciplinar que devem ter as ciências sociais na discussão da realidade, para o enriquecimento científico, a formação e o aprimoramento profissionais.

A realização do V Encontro, em Cambuquira, foi uma tentativa do Escritório Setorial do



Em cambuquira, o debate do "que-fazer-psicológico".

CRP-04 — MG/ES de deslocar do eixo das grandes capitais os eventos da categoria e de organizar atividades científico-culturais que atendessem à demanda de psicólogos, de estudantes e da comunidade sul-mineira em geral, quanto aos debates da prática psicológica, em seus vários campos de intervenção. Deu certo. E não apenas como um momento importante de articulação da Psicologia (social) nos níveis regional e nacional. No Parque das Águas de Cambuquira, ao som folcló-

rico do Congado e do Samba, durante as atividades culturais, que compartilharam espaço com os debates, conferências e mesas redondas do V Encontro foi plantada pelos participantes uma Araucária Excelsa. Ela assistirá a outros encontros e é um documento vivo da capacidade de organização dos profissionais sul-mineiros para interiorizar os acontecimentos e redimensionar as discussões científicas e políticas da categoria. Um exemplo a ser seguido em outras regiões do Estado.



se situe

Ampliar a representação do interior e viabilizar a participação de cada psicólogo no debate e na ação do CRP-04 frente aos problemas e perspectivas que se colocam para o exercício profissional são compromissos do 6º Plenário. Para efetivá-los a estratégia é priorizar o trabalho das comissões específicas e constituir o Conselho Consultivo, que, formado por representações do interior, Espírito Santo e Belo Horizonte, será o fórum máximo de deliberação das diretrizes do CRP-04, enquanto órgão representativo da categoria.

Duas comissões novas foram criadas, as de Interiorização e de Formação Profissional. As comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização, obrigatórias por lei, bem como as de Saúde e de Psicologia Educacional, já existentes, discutem como atuar. Os Conselheiros que estão à frente dessas comissões convidam os colegas a se engajarem no trabalho, colocando-se à disposição para os primeiros contatos e esclarecimentos. O telefone do CRP-04 é 226-5817. Aqui, em cada edição do Jornal do Psicólogo, você vai tomar pé do que acontece e escolher como participar.

Interiorização

Conselheiros responsáveis: Luiz Cláudio Ferreira e Gisele Bahia. Pretende detonar o processo de mobilização da categoria através da descentralização de atividades (reuniões, encontros, seminários), de que é exemplo a realização em outubro de 1989, em Cambuquira, do V Encontro Mineiro de Psicologia Social. A idéia é possibilitar a aglutinação dos psicólogos em torno dos escritórios setoriais e núcleos regionais para criar as condições necessárias à constituição democrática do Conselho Consultivo.

Formação Profissional

Cons. resp.: Vânia Carneiro Franco, e Fátima Pio Cassemiro. Objetiva incrementar a formação profissional, para o que é fundamental estreitar as relações entre o CRP-04 e as escolas públicas e privadas de Psicologia, estabelecendo canais de comunicação que possibilitem o intercâmbio de informações entre essas escolas, professores e profissionais que atuam nas diversas áreas da Psicologia. Faz parte do trabalho divulgar informações, coletar e analisar os currículos das escolas ou organizar e participar de eventos que discutam a formação profissional. Em maio de 1990 realiza o "I Seminário de Formação Profissional da 4ª Região".

Ética

Cons. resp.: Wellington Domingos Tibúrcio, Jacques Akerman, Juracy Costa Amaral.

As comissões de Ética, obrigatórias por lei, sempre tiveram (e têm) uma prática corporativista, incrustadas que estão nas estruturas burocráticas dos Conselhos profissionais e respondendo a demandas, dentro dessas estruturas, em nome da sociedade e das categorias. Rediscutir a Ética na perspectiva da Psicologia como prática social e, portanto, com responsabilidades perante as demandas e problemas sociais, é a tônica do trabalho. Uma nova postura ética deve subsidiar a conduta do CRP-04, no debate dos prin-

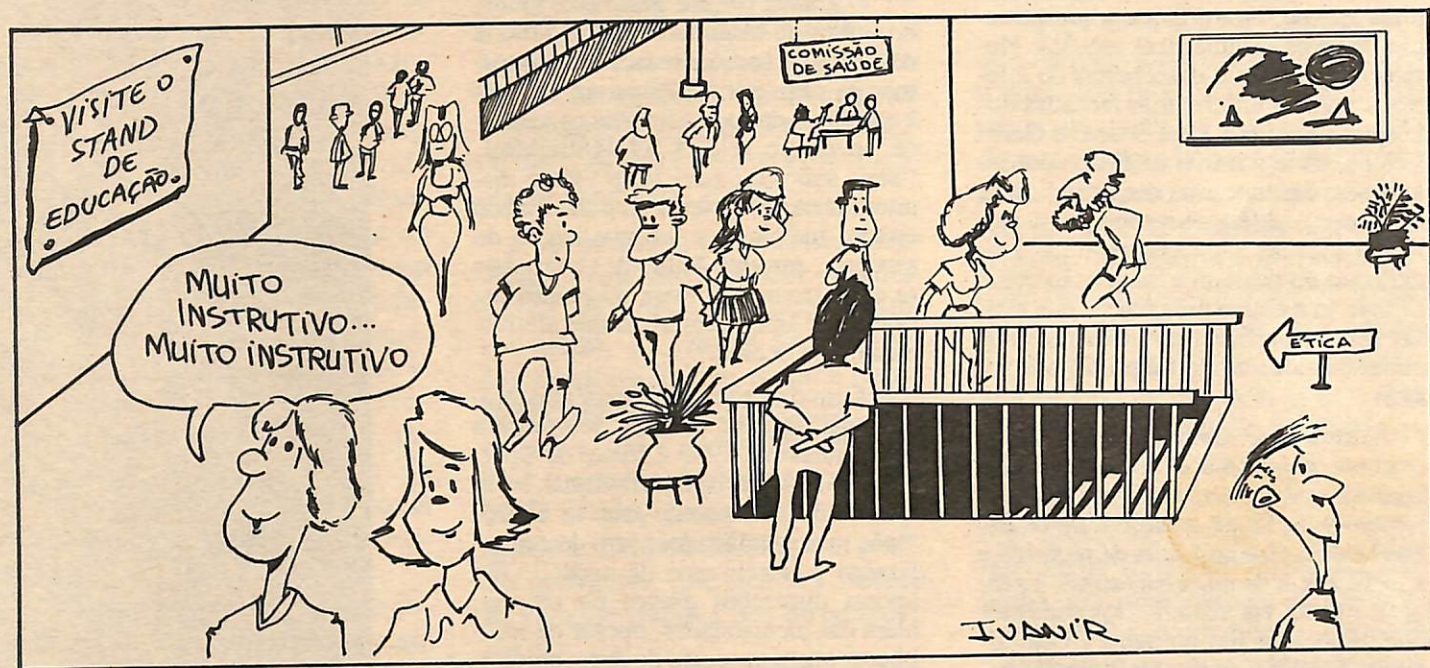
vas diretrizes, pretende trabalhar integrada às COFs dos demais CRPs e do CFP, tornando-se mais um espaço de organização da classe e de reflexão crítica sobre o exercício profissional, contextualizado social e politicamente.

Saúde

Cons. resp.: Bianca Guimarães, Marta Elizabeth de Souza.

Composta por representantes do Triângulo, Norte de Minas, Vale do Aço e Belo Horizonte, atua no sentido da organização científica, política e sindical da categoria. A participação em movimentos reivindicatórios, a análise e discussão das políticas oficiais de saúde e de saúde mental, bem como a promoção e incentivo aos debates sobre as diversas linhas teóricas adota-

No trabalho integrado com o Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, pretende redimensionar o debate destas questões, e dar continuidade ao que vem sendo desenvolvido pelo CRP-04, desde outubro de 1983. Organizar uma Mesa Redonda sobre o papel do psicólogo escolar, com a participação de orientadores educacionais, supervisores, pedagogos e outros profissionais ligados à educação, e realizar o "III Encontro de Psicologia Educacional da 4ª Região", antes previsto para novembro de 89, em março de 90, nos dias 30 e 31 de março e 1º de abril no Colégio Monte Calvário, são algumas metas já traçadas. Concluir a pesquisa "Perfil do Psicólogo Escolar em Belo Horizonte — um estudo exploratório" é outro objetivo. A resposta imediata dos profissionais da área aos questionários já remetidos é essencial para o



cípios que norteiam a orientação e fiscalização do exercício profissional, em uma sociedade complexa e usuária dos serviços de psicologia. A Comissão se reúne às sextas-feiras, às dez e meia da manhã, no CRP.

Orientação e Fiscalização

Cons. resp.: Fátima Pio Cassemiro, Rosângela Montandon, José Estanislau Vilela.

Objetiva priorizar a orientação do exercício profissional, envolvendo psicólogos, estudantes e a comunidade em geral no debate sobre os dispositivos legais que regulamentam a profissão, entendida como prática social, que deve se inter-relacionar com outras áreas do conhecimento. Isto sem se furar ao debate sobre o redirecionamento da fiscalização, inserida nas questões que envolvem o mercado de trabalho e na defesa dos direitos dos usuários dos serviços de Psicologia. Dentro destas no-

das pelos psicólogos são exemplos do trabalho desenvolvido que, em 1989, teve um momento importante nas gestões realizadas junto aos parlamentares que elaboram a Constituição Estadual e as Leis Orgânicas Municipais. Para 1990, além da participação nas lutas específicas dos profissionais de saúde, já tem programada a promoção, com outras entidades da área, de um debate sobre o projeto de lei antimanicomial do Deputado Paulo Delgado, do PT, e a realização de encontros regionais e do "III Encontro dos Psicólogos de Saúde".

Psicologia Educacional

Cons. resp.: Lúcia Helena Macedo, Rosana Botaro, Maria de Fátima Pio Cassemiro

Quem é o psicólogo escolar? Qual o seu espaço, sua função, seus objetivos, sua atuação social e política?

levantamento e a análise dos resultados. A comissão se reúne às quintas-feiras, às 18 horas, na sede do CRP-04.

Comunicação Social

Cons. resp.: Jacques Akerman, Rosângela Montandon, Francisco Alves e Rita de Cássia Siqueira Dias.

Pretende dinamizar o processo de comunicação do CRP-04 com a categoria. Para isto estrutura uma nova assessoria na área e discute a periodicidade dos órgãos informativos da entidade que, além do Jornal, devem incluir a edição de boletins específicos. Este primeiro número do Jornal do Psicólogo, sob a direção do 6º Plenário, já ensaia uma nova linha editorial: reportagens e artigos assinados, realizando um trabalho mais ágil de informação e formação de opinião.



Caso Santa Clara um retrato da saúde

Depois de 52 anos de atividade, o fechamento do hospital psiquiátrico Santa Clara, em 26 de outubro de 1989, em Belo Horizonte, que acatava até 450 Autorizações de Internação Hospitalar — AIH/mês da Previdência Social, poderia ter resultado num avanço da prestação dos serviços públicos de saúde do Estado. A proposta da Coordenação Estadual de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais era tornar mais ágil o atendimento ambulatorial, estabelecendo um rigoroso programa de acompanhamento de egressos, melhorando o suporte de medicamentos da rede e informatizando o serviço. Além disso, pretendia-se deslocar a concentração de leitos psiquiátricos em Belo Horizonte para áreas descobertas do interior e reativar enfermarias fechadas dos hospitais públicos Raul Soares e Galba Veloso, onde a média de tempo das internações é menor, mas que estão “quase em ruínas”. Além de responder ao momento de crise, a idéia era começar a fazer coisa do passado a internação como recurso terapêutico preferencial que muitas vezes cronifica a doença e funciona como tamponamento de problemas sociais.

Mas a crise resultou mesmo em retrocesso, cujo impacto sequer pôde ser medido, com o funcionalismo estadual em greve de 12 de outubro a 07 de dezembro/89. Graças à falta de recursos e à ineficiência da máquina estatal, a proposta não foi viabilizada. Dos pacientes que receberam alta no Santa Clara, alguma parcela certamente perambulou sem atendimento pelos postos de saúde fechados. Com pacientes crônicos foram transferidos para os hospitais privados Nossa Senhora de Lourdes e Serra Verde, credenciados pelo INAMPS. Outras cem cotas mensais de internação foram autorizadas ao Psicominas, credenciado no início de 1989, sem o parecer de nenhum setor técnico da Secretaria.

Para o psiquiatra Abílio José Ribeiro de Castro, Coordenador de Saúde Mental do Estado, não basta apontar o descaso social dos proprietários do Santa Clara ao cumprirem os estritos 30 dias exigidos em lei para efetivar a desativação, após a denúncia do contrato, e deixarem tanta gente sem atendimento, mesmo considerando que os valores pagos pelo INAMPS, que já foram maiores, estejam muito baixos — e a grande fila para credenciamentos de novos hospitais põe até isto em dúvida.

Ineficiência Administrativa

Em depoimento prestado ao Jornal do Psicólogo, o médico Carlos Eduardo Ferreira, um dos ex-proprietários do

Santa Clara e presidente da Associação Mineira e da Federação Brasileira dos Hospitais, afirma que “a Casa de Saúde cresceu e se ampliou, com recursos próprios, e era uma estrutura extremamente grande para funcionar com uma clientela não vinculada ao Governo”, que criou a demanda de ampliação. Ele questiona “por que o Governo, que hoje conta com 85% da assistência médica hospitalar por parte da iniciativa privada, deixa esta iniciativa privada se deteriorar, a ponto de vários hospitais estarem optando pela desativação para a previdência social?”

O grande volume gasto com saúde, no âmbito do Ministério da Previdência no Brasil, é com internações. O que o Inamps paga por 09 leitos em um mês à rede privada, considerados os valores de novembro (NCz\$ 39,34/dia/leito), “seria suficiente para fazer todo o monitoramento do sistema ambulatorial do estado, incluindo a informatização do serviço”, comenta Abílio de Castro. Isto se estes recursos fossem revertidos para o setor ambulatorial, o que efetivamente não ocorre.

Com dez anos de experiência profissional, há sete anos na Secretaria e desde junho de 1989 à frente da Coordenação Estadual de Saúde Mental, o psiquiatra ironiza quando fala do SUDS: “não somos unificados, nem descentralizados e talvez nem de saúde”. Ele aponta distorções graves no sistema, além das mencionadas, apesar de reconhecer que o processo de descentralização é lento, mas irreversível e que já trouxe progressos ao setor público de saúde — hoje 300 profissionais de nível superior atuam na rede ambulatorial de saúde mental do Estado, contra apenas 20 que havia em 1984.

A entrada de recursos federais no setor de saúde pública implicou na retração de investimentos nos níveis estadual e municipal. O gerenciamento dos níveis hospitalar e ambulatorial é diferenciado, mesmo no caso dos hospitais públicos estaduais, administrados pela FHEMIG, independentemente da coordenação da secretaria. Abílio de Castro avalia que “em todo o país, um certo discurso progressista teve vez na própria articulação das Ações Integradas de Saúde — AIS e dos SUDS. Tivemos momentos muito melhores do que este para nos organizarmos e não os utilizamos”. E conclui “não existe profissionalismo e não há clareza de objetivos no setor público, nem mesmo para o aproveitamento de recursos financeiros e humanos ou para a captação de financiamentos de órgãos de pesquisa e assistência social”.

ARQUIVO J.P.



“... por serem loucos, não deixaram de ser cidadãos.”

Loucura e cidadania

O Senado Federal deve votar, no início da legislatura 90, o Projeto de Lei 3657/89, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais, regulamentando a internação psiquiátrica compulsória.

Já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação, o projeto lei está sendo apreciado pela Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, para posterior encaminhamento ao Senado. Apresentado na Câmara Federal pelo Deputado petista Paulo Delgado de Minas Gerais, esta "lei antimanicomial" foi elaborada pelo "Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental por uma Sociedade sem Manicômios". Reunido em Juiz de Fora, em julho de 1989, o Movimento discutiu a Lei Orgânica de Saúde, aprovada pelo Congresso em novembro de 1989, e a produção de uma nova legislação psiquiátrica, em consonância com o que já indicava, em 1986, a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental, última iniciativa do Ministério da Saúde a respeito, numa evidência do descaso oficial para com o problema.

"O Decreto-lei 24.559 de julho de 1934, que até hoje rege a assistência aos doentes mentais, é anacrônico, completamente inadequado, tanto quanto aos avanços técnico-científicos já produzidos na psiquiatria, quanto à própria organização da vida social", comenta o psicólogo sanitário Marcus Vinícius de Oliveira e Silva, ex-secretário do CFP, ex-vice-presidente do CRP-04, funcionário da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e integrante do Movimento.

SAÚDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Para o sanitário, esse anacronismo e esse descaso oficial não podem, simplesmente, ser atribuídos a uma genérica "ineficiência da máquina estatal", mas são devidos a "lobbies" poderosos dos setores privatistas, que cresceram com o patrocínio estatal, via credencia-

mentos pelo INAMPS e financiamentos subsidiados pelo FAS — Fundo de Apoio Social da Caixa Econômica Federal, e que obtêm lucro com o atual quadro sanitário. Marcus Vinícius cita, como exemplo desses "lobbies", a não implantação plena do SUDS ou o caso do Psicominas, um hospital psiquiátrico privado, com mais de 150 leitos patrocinados pelo INAMPS e credenciado, no início de 1989, por ingerência direta do Ministro da Previdência e Assistência Social, Jader Barbalho, com a concordância do ex-Secretário de Saúde de Minas Gerais, Serafim Godinho. Isto, a despeito dos hospitais psiquiátricos Raul Soares e Galba Veloso estarem com duas enfermarias fechadas, cada um, por falta de recursos financeiros, humanos e materiais.

As pressões privatistas estiveram presentes também na votação da Lei Orgânica de Saúde. Mesmo assim, os setores progressistas conseguiram êxitos, como a transferência da assistência médica pública para a área do Ministério da Saúde e a criação do Sistema unificado de Saúde, que estrutura oficialmente a idéia do SUDS, um sistema convencional, que ficava à mercê da vontade política dos dirigentes.

Por tudo isto, a grita da iniciativa privada, que ameaça o descredenciamento em massa do INAMPS e um colapso no atendimento público via hospitais privados é, no entender de Marcus Vinícius Silva, "um blefe para esta vaca render mais leite, já que o setor não tem como sustentar a compra direta dos serviços e sempre se escorou no poder público."

Pelo mesmo motivo, ele acredita que "a reforma sanitária brasileira só se viabilizará com a convergência das forças sociais, populares, sindicais, setores legislativos progressistas, profissionais de saúde e usuários". Na mesma perspectiva, inclui "o avanço do atendimento aos doentes mentais, que só vai ocorrer com o avanço global do atendimento às demandas sociais, como habitação, saúde, educação, etc."

A LEI ANTIMANICOMIAL

O Brasil tem hoje, quase 100 mil leitos privados remunerados pelo setor público, além de cerca de 20 mil leitos estatais. A maioria das mais de 600 mil internações anuais são feitas violenta e anonimamente, sem a aquiescência dos pacientes. Sobre a internação psiquiátrica compulsória, o projeto de lei antimanicomial define o poder judiciário como responsável por ouvir paciente, médico, equipe técnica, familiares e outros, emitindo parecer em 24 horas, sobre a legalidade da internação.

Para frear a expansão do parque manicomial, impedindo a contratação ou financiamento de novos leitos psiquiátricos pelo Estado, que deverá "estabelecer a planificação necessária para a instalação, e funcionamento de recursos não manicomial de atendimento, como unidade psiquiátrica em hospital geral, hospital-dia, hospital-noite, centro de atenção, centro de convivência, pensões e outros, bem como para a progressiva extinção dos leitos de característica manicomial".

Marcus Vinícius Silva defende o gradualismo contido no projeto, que afasta qualquer fantasioso colapso no atendimento à loucura, mesmo porque considera a questão psiquiátrica em suas interações com o todo social e político, que não pode servir de justificativa para que se adie o enfrentamento do problema. O exemplo italiano mostra ser viável a extinção de manicômios e, em vários países, a instância judiciária já intervém sistematicamente, cerceando o poder de seqüestro do psiquiatra.

Um trecho da justificativa apresentada na proposição da lei antimanicomial, na Câmara, resume que "se considerarmos toda a complexidade do problema, esta é uma lei cautelosa, quase conservadora. O que ela pretende é melhorar — da única forma possível — o atendimento psiquiátrico à população que depende do Estado para cuidar de sua saúde, e proteger em parte os direitos civis daqueles que, por serem loucos ou doentes mentais, não deixaram de ser cidadãos."



CRP x CRA

(Reconquista de espaços profissionais)

O CRP-04 enviou carta ao Conselho Regional de Administração — CRA em defesa do CESP — Centro Especializado em Psicologia que estava sendo pressionado pelo CRA a se inscrever naquele Conselho, pelo simples fato de ter anunciado nos jornais o recrutamento e seleção de pessoal, no gerenciamento de recursos humanos que é pertinente à formação e, portanto, ao trabalho do psicólogo, consagrado pela regulamentação profissional.

Mas, através da fiscalização e autuação severas, o CRA tem obrigado psicólogos, principalmente pessoas jurídicas, a se filiar a um Conselho que não é o seu. A audácia é tanta, que o discurso do CRA está impregnado de preconceitos que carregam o desrespeito ao profissional psicólogo, como o fato de solicitar às empresas que confiem seus cargos gerenciais apenas a administradores ou exigir que as empresas de assessoria, em recursos humanos, de psicólogos, contratam necessariamente administradores para poderem funcionar. Por coação, medo e até conveniência, os psicólogos têm embarcado nesta canoa furada.

A assessoria jurídica do CRP-04 que acompanhará o caso em todos os desdobramentos que ele possa ter, adverte que, nestas circunstâncias, o CRA não tem sequer como obrigar o psicólogo a acatar as autuações e pagar multas, porque uma arguição jurídica, fatalmente, daria ganho de causa ao psicólogo e/ou empresa de Psicologia, desde

que o exercício de atribuições que lhes confere o artigo 4º do decreto 53464/64 que regulamentam a lei 4119/62 que dispõe sobre o profissião do psicólogo.

Reconquistar os espaços perdidos pela categoria foi um compromisso de campanha que a atual gestão do CRP-04 começa a viabilizar, mas que depende, fundamentalmente, da disposição de todo e de cada psicólogo de não se submeter a este verdadeiro disparate absolutista do CRA, nesta faixa de atuação profissional.

A carta enviada ao CRA, que transcemos aqui, é como bandeira fiada em solo que reconhecemos nosso. A Assessoria Jurídica do CRP-04 vai nos municiar e defender em cada caso, no campo jurídico, mas cercar o terreno e fortalecer a ocupação dos espaços resgatados é de responsabilidade ins- transferível da categoria.

Neste sentido, o CRP-04 convida os psicólogos que atuam na área organizacional a formarem uma comissão específica para o tratamento destas e de outras questões pertinentes ao exercício profissional. Esta não é uma questão simplesmente corporativa. O desenvolvimento tecnológico e industrial recoloca em discussão, a cada momento, estratégias que devem necessariamente incorporar a participação do psicólogo, no sentido de direcioná-las, prioritariamente, a serviço dos agentes sociais que as tornam possíveis.

Conselho Regional de Administração - 6ª Região
Av. Afonso Pena, 981 - 11º and. - Centro-
At.: Administr. Zélia Ponciano de Carvalho(CRA.12880)
Divisão de Fiscalização e Registro - 6ª
Belo Horizonte, MG

Prezada Senhora:

O Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG/ES), leva ao conhecimento de V. Sa. que o CESP - Centro Especializado em Psicologia, enviou-nos cópia da notificação do CRA, assinada por V. Sa., exigindo o registro da empresa citada nessa au- tarquia.

Queremos informar que o CESP é inscrito neste Conselho e o objetivo é:

- . testes psicológicos
- . recrutamento
- . seleção
- . treinamento
- . diagnóstico
- . cursos
- . psicoterapia para crianças, adolescentes e adultos
- . arteterapia
- . terapia ocupacional e outras
- . orientação vocacional
- . prontidão escolar
- . psicodiagnóstico infantil

Esse Regional está colocando de forma arbitrária, atribuições que nunca fo- ram e nunca podem ser privativas dos administradores.

O que norteia as atividades dos psicólogos e administradores é a própria lei que regulamenta as suas profissões.

Sendo assim, ressaltamos nossa disposição em colaborar, no sentido de reso- lução e esclarecimento do conflito ora pendente.

Atenciosamente,


Marília Pires Fernandes
Conselheira-Presidente

A Formação dos Psicólogos

Ana Mercês Bahia Bock

Quando nos propomos a pensar e projetar a formação dos psicólogos é preciso ter em conta que estamos na verdade pensando sobre "que tipo de cidadão psicólogo" queremos formar, isto porque os objetivos da educação são sempre sociais.

Ousamos então responder inicialmente que desejamos psicólogos críticos, engajados e comprometidos com a maioria da população e com a transformação da psicologia e da sociedade.

Como organizar o ensino para que este objetivo seja atingido? Esse é o nosso desafio. Apon- tamos aqui alguns aspectos, sem saber esgotá-los, para que sejam motivo de reflexão daqueles preocupados e envolvidos com a formação dos psicólogos.

Os cursos de Psicologia devem priorizar e di- recionar o trabalho para a "PRODUÇÃO DO CO- NHECIMENTO".

A relação dos alunos com a Psicologia deve ser de constante diálogo, diálogo crítico, tenso, que permita o domínio do conhecimento já acumulado, o aprendizado das possibilidades de aplicação prática, ao mesmo tempo que se faz a crítica da relação deste conhecimento com a realidade, de forma a produzir novos conteúdos e técnicas.

Isto não tem sido feito. Nossos currículos são eminentemente tecnicistas: as técnicas são aprendidas isoladas das teorias que lhes dão fundamento, as técnicas ocupam grande parte do tempo de aprendizagem, são aprendidas de forma acrítica e às vezes as teorias são aprendidas através das técnicas.

Um segundo aspecto, diretamente ligado ao

primeiro é a relação teoria e prática, que como já apontamos, estão dissociadas.

Como podemos querer produzir conhecimen- to se o fazer e o saber são aprendidos e organiza- dos nos currículos de forma dissociada. A refle- xão necessária só se fará se estes dois momentos formarem um só. Ser psicólogo implica "saber Psicologia" e "fazer Psicologia" ininterruptamente. Saber, fazer refletir sobre o fazer, saber algo novo e fazer algo diferente é um processo que deve ser aprendido na escola.

A atividade ou habilidade de PROJETAR é o terceiro aspecto que gostaríamos de apontar. Projetar implica o saber teórico, o pensar a práti- ca, organizar a prática e repensá-la de forma crítica.

Aprendemos na escola um fazer espontâneo, que não nos oferece a perspectiva, o objetivo de nossa ação; não nos oferece os parâmetros neces- sários para a tomada de decisão; não nos oferece os critérios de avaliação e portanto não nos ofere- ce a possibilidade da construção de um novo saber e um novo fazer.

Projetar implica assumirmos que trabalhamos para transformar algo ou alguém. Assim precisa- mos abandonar a idéia simplista de que com o nos- so trabalho contribuímos para que alguém cresça, se desenvolva espontaneamente de acordo com suas potencialidades, como se o movimento psí- quico do indivíduo tivesse um motor interno que, independentemente da situação vivida, se desen- volveria.

Há um projeto na ação do psicólogo. Há um Homem por detrás de sua ação que fica camufla- do e mesmo desconhecido em nosso fazer espon- tâneo.

Aprender a projetar significa assumir um pro- jeto, refletir sobre ele e explicitá-lo.

Um outro aspecto se refere ao engajamento do psicólogo, da Psicologia e do curso na socie- dade em que estamos.

A Psicologia se insere, no nosso caso, numa sociedade capitalista, tendo assim seu desenvol- vimento ligado diretamente aos interesses desta sociedade.

A Psicologia e os psicólogos não são inde- pendentes da ideologia dominante, nem imuniza- dos contra ela. Assim, por detrás de nossas teo- rias e de nossa prática podemos desvelar a luta de classes. Exemplo disso é o conceito de "dife- renças individuais" desenvolvido pela Psicologia em suas teorias de personalidade e desenvolvi- mento, que tem servido para escamotear as desigual- dades produzidas socialmente.

Para que possamos criticar nosso trabalho, criar novas práticas comprometidas com os inte- resses da maioria da população, temos que inicial- mente aceitar essa nossa relação com a sociedade capitalista.

Um outro aspecto é a relação da formação com o mercado de trabalho. Quando formamos psicólogos, como lembra Sílvia Botome, forma- mos profissionais para atuar no mercado nos pró- ximos 30 anos. Apenas esse aspecto já nos res- ponde que relação a formação deve ter com o mer- cado. Não pode haver formação dirigida exclusi- vamente para o mercado que aí está. E como sa- bemos pouco sobre o mercado futuro, temos que formar psicólogos com possibilidades de se adap- tarem às mudanças e, como não queremos psicó- logos passivos, temos que formar profissionais com possibilidade de criar.

Um último aspecto que se relaciona à forma- ção diz respeito à organização dos psicólogos, pois esta é uma das condições para engajamento do pro- fissional e, portanto, de seu avanço.

Nossa história nos aponta uma tradição opor- tativa. O momento tem sido de questionamen- to desta forma de organização pois, sem dúvida, ela tem nos isolado e impedido de construir cole- tivamente, ao lado de outros profissionais, novos conhecimentos, novas práticas e uma nova socie- dade. A tese do CFP, apresentada no Congresso Nacional Unificado nos diz: "romper com o cor- porativismo implica em novas formas de ação po- lítica rumo ao futuro. Comporta um processo de transição no qual devemos preparar as condições internas e externas à categoria, para que no pla- no sindical e da organização técnico-profissional, possamos encontrar nossos novos espaços de or- ganização e articulação enquanto trabalhadores e profissionais".

A organização da categoria não deve ser as- sunto só de profissionais. Ela deve estar presente nos cursos, enquanto discussão, contando com os profissionais que estão na sua direção. Ela deve ser material didático nas faculdades, enquanto ma- terial que é produzido pela categoria. Acredita- mos que assim os alunos estarão desenvolvendo o interesse e compreendendo a importância de sua participação na vida da categoria.

Formar psicólogos é, assim, uma tarefa co- mplexa que envolve diferentes aspectos. Espera- ter contribuindo apontando alguns deles para a re- flexão.

* Professora na PUC/SP e ex-diretora da Fe- napsi. Autora do livro "As Psicologias".



Morte: interrogação radical e última

Cícero Silva

Há aproximadamente dois meses nos vimos, por força do destino, privados da companhia de uma pessoa muito importante nos meios artísticos, filosófico e psicanalítico de Belo Horizonte. Importante por seu trabalho em várias instituições públicas e privadas. Por sua efetiva participação em concorridos debates e palestras sobre tantas questões cruciais para o perturbado homem moderno. Questões estas extraídas da arte enquanto forma de expressão do ser humano, buscando em filmes, contos, romances e outras formas de expressão artística, elementos que nos permitam tratar temas tão delicados à nossa vida como o amor, a velhice, a morte, etc. Além de seu trabalho como mestra em filosofia, na Fafich. Consagrado por sua capacidade de conquistar e arrebanhar pessoas para o árduo exercício da filosofia. Atividade esta fundamentalmente dialógica, calcada no debate das idéias, fruto do convívio em sala de aula. A esta altura acredito que todos já sabem a quem estou me referindo, embora inconfundível, exige-nos nomeá-la. Falo da Professora SÔNIA MARIA VIEGAS ANDRADE, vítima de câncer, morta por insuficiência cardíaca no último mês de outubro.

Falar de Sônia Viegas é tarefa delicada e difícil, mas muito gratificante, porque demanda carinho, cuidado, respeito e muita admiração. Como seu aluno e discípulo é que me proponho a falar sobre ela não desejando outra coisa senão fazer de minha fala mais uma, entre tantas já feitas, homenagem a esta mulher com quem muita "coisa útil" aprendi. Para tanto procurarei deter-me à minha experiência com a Professora Sônia Viegas, experiência em sala de aula, no Departamento de Filosofia, onde freqüentei alguns de seus cursos. Devo ainda deixar manifesto, quanto ao propósito deste texto, que este se constitui mais que um relato de um mero admirador ou de um apologeta apaixonado. Este texto pretende ser o relato de um admirador apaixonado, seduzido pela poética de seu discurso, por sua "Filosofia Poética", que não se consolida na beleza aparente das palavras ou na exatidão de seu sentido, ou no dizer dela mesma, no fato de que "o poético aponta para um dos sentidos possíveis, oculto na obra, que se encontra para além da própria obra, que precisa ser desvelado e que só pode emergir, do e no processo da comunicação, na comunhão com o outro e não no fato de reduzir

o poético à beleza da cor, da música, de imagem ou do movimento apenas. O poético aponta para uma verdade inacabada, mais vivida que refletida, brotada da nossa intuição".

A atenção dispensada à intuição poética em seu trabalho, além de nos cobrar esforço e persistência na solitária tarefa da leitura e da pesquisa, nos permite criar e desenvolver idéias conjuntamente, intuídas no emaranhado de nossos pensamentos. A sensação que se tem é que ao privilegiar a intuição é como se a filosofia ultrapassasse seu limite constitutivo e penetrasse no domínio da arte encarnando-a, deixando-nos "perplexos" e "extasiados" ante a certeza de participação, a efetivação do processo de comunicação, fruto não apenas do trabalho solitário mas, também, de sua exposição e de sua constatação pelo outro. Assim, suas aulas se configuram, um dia menos outro mais, nos mais belos poemas já vividos por mim. Uma vez perguntaram-na por que dar tantas au-

las ao invés de usar o tempo para escrever mais. Ao que respondeu estarmos no mundo de hoje diante de uma profunda impossibilidade de comunicação, vivendo uma dupla ruptura, do homem com a natureza (com o todo) e outra consigo mesmo, constituindo-se como problema em sua relação com o outro. Ruptura esta à qual desejamos a todo tempo superar. "Quando escrevo é como se o vazio produzido pela ruptura permanecesse impenetrável, por mais claro que me possa parecer o texto. Em sala de aula, no diálogo, é como se ocorresse um transbordamento de sentido que nos permitisse um contato com o absoluto, proporcionando-nos viver experiências de totalidade. Pondo-nos em comunhão com o todo através do intercâmbio, do compartilhamento de nossas suspeitas".

Isto não quer dizer, porém, que Sônia não escrevesse textos mas, que seus textos nasceram do exercício do diálogo e não que o diálogo fosse dirigido ou determinado por aqueles. Um dia, nocauteado por uma de suas aulas,

perguntei-lhe ao final o que havia acontecido, se estava tudo bom, cumprimentando-a pela clareza e inspiração poética de sua exposição, ao que me respondeu haver tido a intuição na hora, pois não houve tempo para preparar a aula, o que a preocupava, mas que iria correndo para casa escrever o texto. O texto foi escrito e se encontra publicado na Revista *Kriterion*, nº 77-78, do Departamento de Filosofia, sob o título de "O Mito de Pandora". Eu vi o parto e confesso que gostei.

Experiência de totalidade, contato com o absoluto... Acaso não seria isso a própria morte? Não seria isso exigência de um constante renascer das próprias cinzas? Não seria a ruptura o caos existente dentro de cada um de nós, visto ser a morte "interrogação radical e última, juiz supremo de todos os momentos da existência, desmascaramento das ilusões, ponto-limite da esperança e do desejo"?

Exigência de ser... busca da forma cabal de expressão de ser no esforço contínuo e incessante, de se fazer comunicar instaurando um sentido nessa fina e frágil malha de possibilidades que é a vida. Nesse emaranhado, o que buscamos afinal, sentido para a vida ou para a morte? Encontrar um sentido para a morte é fazer de nossos próprios atos o fio que tece esta

teia, essa rede, que também se chama vida. Tecer tal teia é fazer da morte não um esbarrar nos limites da condição humana mas ultrapassar tal limite, fazendo da morte um momento de transcendência onde transcender nada mais é que a instauração de sentido no ato da própria morte.

Ah, o homem... esse ser inacabado, jogado na contingência e pleno de suas possibilidades que mal se inaugura, já está para morrer! Ah, Sônia Viegas! Jaz morta uma heroína. Heroína não por fazer de sua morte um ato heróico mas, por morrer no auge de suas forças, na plenitude de suas potências e vitalidades, no pleno pulsar de suas veias, no melhora-de-si. Eis uma morte heróica, eis a morte de um guerreiro, eis a Bela Morte.

Mas fica o buraco, fica o vazio, o insubstituível, a lacuna, o silêncio. O que cabe a nós, iniciados nos "Mistérios de Eleuses", fazemos além de viver-sofrer a perda? Lembrar, rememorar. Mas não basta que façamos de nossas lembranças um mero ato mental exposto à avidez do tempo que, a tudo devora numa sede insaciável de gigantes que possam suplantá-lo. É preciso que façamos de nossa memória um gesto, trazendo para dentro de nossa própria vivência, como num ritual de incorporação, toda essa força, resgatando seu dinamismo, sua potência. Recriando em nossa práxis filosófico-existencial esse arcabouço, esse manancial didático-poético-pedagógico contagiante, excitante, sedutor, inquiridor e intrigante constitutivos da personalidade de Sônia Viegas. Enquanto profissionais, estudantes, amantes da Filosofia, da Arte e da Educação eis nossa tarefa, nossa obrigação, para que esse nome não caia no fado do esquecimento, pois, lembrar é recriar; recriar é dar continuidade.

Se o que disse não diz o que queria dizer, se o que queremos dizer é sempre mais do que efetivamente dizemos, espero ao menos haver apontado para o que deveria ser dito, que no dizer de Merleau-Ponty não se mostra, fora de toda palavra, como pura significação. Não sendo senão o excesso do que vivemos sobre o que foi dito. Trata-se de um esforço em aberto, diz Sônia Viegas, no registro da memória, visto que, ao tocar nas lembranças, elas fazem "balancê" e se remexem nos lugares. A memória é o "caminho do que houve e do que não houve"; assim como é impossível lembrar do que efetivamente aconteceu, é impossível expressar só com palavras a lembrança. ** Meu relato quer re-significar o vivido, pois, testemunho do passado, ele é, sobretudo, fonte de recriação de seu sentido. E como ficou dito acima, sendo impossível expressar apenas com palavras nossas lembranças, nossos agradecimentos, calo-me; deixando que falem o que gostariam de dizer as "vozes do silêncio".

* Sônia Viegas. "A Vereda Trágica do Grande Sertão Veredas"

Ed. Loyola. S.P.1985, pp. 60-61
** Sônia Viegas. Texto já citado, pp. 20-21





coluna do leitor

Chapa 2 e eleições para o CRP-04 – o que há por trás dos números

A recente eleição para o CRP-04 foi vencida pela Chapa Um. Mostrou astúcia eleitoral, melhor articulação nas cidades do interior, beneficiou-se direta e indiretamente do apoio do Sindicato dos Psicólogos MG. Ao final obteve 50% dos votos contra 41% dados à Chapa Dois e 8% de votos nulos e brancos. Um dado, no entanto, merece especial atenção. Apesar do caráter "obrigatório" destas eleições, registrou-se uma obstinação da ordem de 42% do eleitorado. A este dado acrescentam-se outros como, por exemplo, o pouco interesse despertado pela campanha eleitoral, apesar da disputa entre duas chapas, e a inexpressiva presença de psicólogos no Encontro Estadual preparativo para o nosso 1º Congresso Unificado (set/89). Haviam aí cerca de 50 pessoas que tentavam deliberar pela categoria em um lugar vazio e de poucas ressonâncias.

Este vazio não é novidade. Há muito tempo que as entidades da categoria se debatem em torno do tema da participação sem que, contudo, tenha-se conseguido sair do lugar. O Conselho ainda é, para a maioria dos psicólogos, um lugar burocrático, criado em função de exi-

gências legais para exercer papel fiscalizador e normatizante em relação às práticas da psicologia.

Não é por culpa dos psicólogos, que estariam desinformados e trancafiados em sua prática, que o Conselho tem a imagem que tem. Por mais que se argumente em torno dos avanços políticos e administrativos das últimas gestões, não houve, essencialmente, ruptura, transformação conceitual, invenção e geração de um novo pensamento político a partir da entidade, de forma a oferecer alternativa à ação corporativista e à idéia de representação.

Em um certo sentido, representação e participação se opõem. A primeira crê no número do voto e a partir desta crença se autoriza; comporta-se politicamente como se a participação estivesse embutida no voto e frequentemente resvala para o dirigismo programático. Já a participação evoca a irrupção de algo que carece de representação. A questão é como conceder dispositivos capazes de gerar uma intervenção a partir destas emergências, de forma a lhes dar expressão política. A intervenção não seria, neste caso, fruto da ação programática, mas fundamentalmente aposta em função do

novo. É que algo da verdade está aí, nestas emergências, produzindo seus efeitos errantes.

Ao longo de todo o processo de discussão de idéias e formação da Chapa Dois tentamos levar esta reflexão em conta. Pretendíamos que o CRP-04 viesse assumir um lugar de referência da produção em Psicologia: a) como agente instigador, capaz de agilizar a interrogação em Psicologia a partir de um questionamento especialmente dirigido aos fundamentos teóricos e éticos de suas práticas; b) como agente propiciador, colocando seus recursos e estrutura a serviço de projetos consistentes; c) como lugar de inscrição desta produção, sua publicação, distribuição e debate.

É claro que não compete ao Conselho nenhum papel regulador ou deliberador sobre o que é ou não é a Psicologia; mas é essencial que se criem hoje as condições para a expressão de sua multiplicidade teórica e prática, de forma a fazer frente à atual dispersão que a caracteriza, enfrentando as resistências que impedem a abordagem de seu objeto. Do contrário o Conselho continuará

estrangulado em meio a demandas que nada mais são que demandas de afirmação e reconhecimento do tipo "diga que ele não é para que eu possa ser". É fácil perceber que o apelo corporativista floresce nas crises de identidade diante da recusa em enfrentá-las.

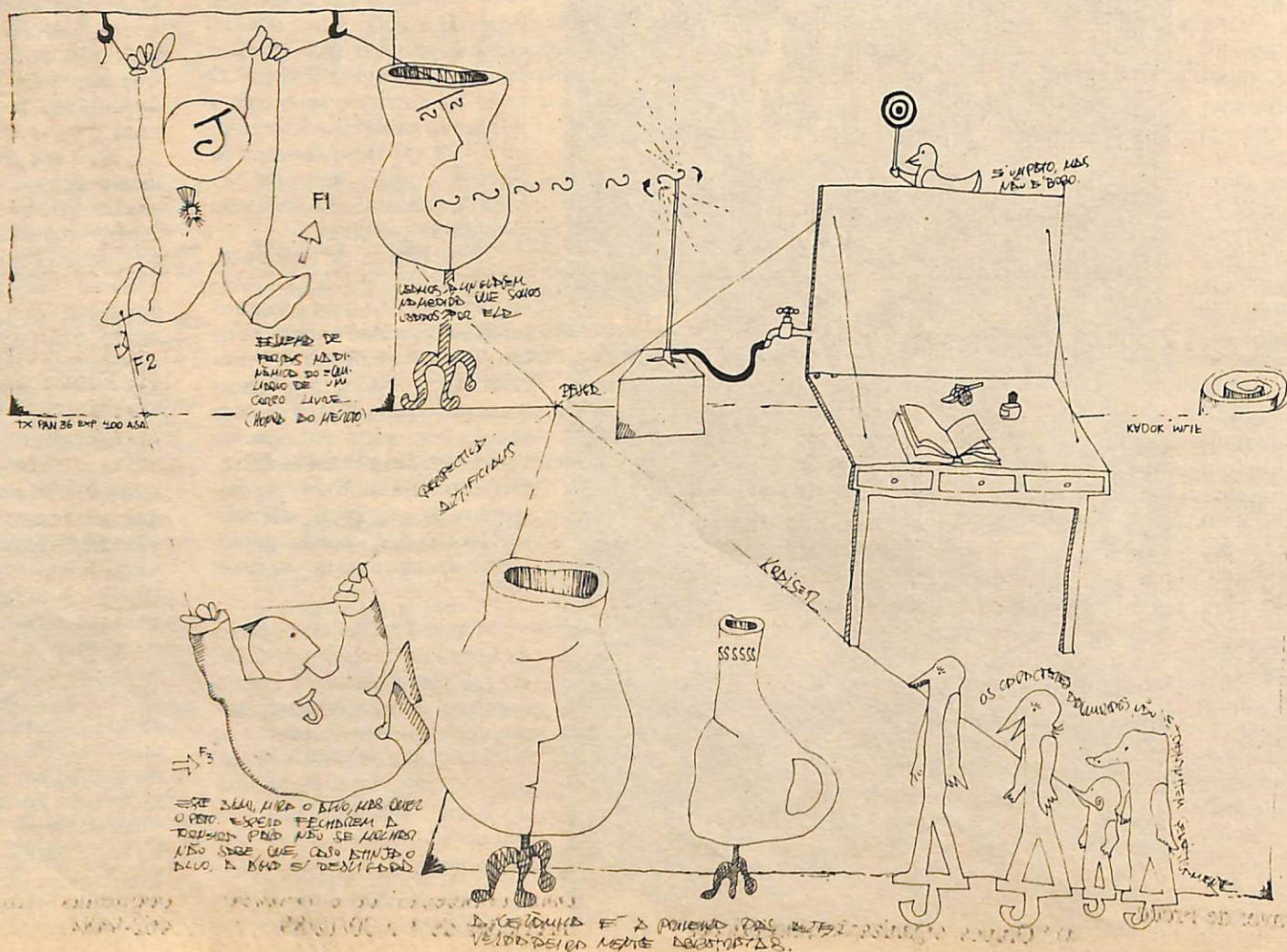
Estas e outras questões certamente estarão na mesa de trabalho do 6º Plenário (ex-Chapa Um) do CRP-04, que agora assume. Achamos que vale a pena o ônus de uma decisão política que faça oposição à estrutura corporativista. É a nossa aposta. O resultado pode ser um ganho de participação e a explicitação de uma ética.

À atual gestão caberá marcar seu compromisso político, posicionando-se com transparência diante destas novas demandas que dão sustentação à votação da Chapa Dois.

Chapa 2 — Outras Palavras (redação final: Frederico Z. Feu de Carvalho)

O 6º Plenário esclarece que os números citados são inexatos, estando à disposição dos interessados as atas do I Encontro Estadual de Psicólogos e os resultados gerais da eleição.

marcelo kraiser





referências

Psicologia como intervenção social: prioridade histórica

“Recriar o novo cotidianamente. Enfrentar o grande desafio de fazer a leitura de como as estruturas de dominação estão refletindo no subjetivo das pessoas e de como intervir com relação a estas estruturas na formulação de estratégias coletivas de transformação social”.

Estas palavras, que a princípio poderiam parecer as de um cientista político ou social, são do psicólogo Francisco José Ribeiro Alves, o Kiko, não são apenas formulações teóricas, retratam, apenas em parte, o trabalho de um formador sindical, recriado e realizado na prática, cotidianamente.

Kiko é um dos assessores de formação sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicação de Minas Gerais — Sinttel — MG, um dos pioneiros neste tipo de trabalho, no Brasil. Os formadores sindicais estão ganhando espaço em todo país, no assessoramento e em consequência direta do avanço do movimento sindical, principalmente a partir do final da década de 70. O campo é vasto, sobretudo no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas, em que já existem assessorias de formação na CUT, nos sindicatos do Vale do Aço, dos metalúrgicos, eletricitários e outros.

Formado em 1984 pela Faculdade Dom Bosco de Psicologia e pós-graduado em Administração de Recursos Humanos pela Fundação Municipal de Ensino — FUNREI de São João Del Rei, Kiko, que é Conselheiro suplente do CRP-04, diretor do Sindicato dos Psicólogos de Minas Ge-

rais e integrante da Executiva da Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI, abandonou a clínica em 1986 e passou a reunir no trabalho de formador sindical, que exerce desde 1985, a militância política e a prática profissional. Kiko recebe NCz\$ 4 mil (salário de novembro/89) para realizar um trabalho que, a seu ver, atende à “demanda histórica de priorizar o coletivo e não o individual” na ação do psicólogo.

As equipes de formação sindical são multidisciplinares, geralmente reunindo profissionais da área social, mais qualificados para este tipo de atuação, como psicólogos, pedagogos e sociólogos, mas não só. Kiko compartilha seu trabalho no Sinttel com um engenheiro, ex-telefônico militante da categoria, opção e militância política, bem como o exercício profissional estão indissociados no trabalho do formador sindical, para o qual a escola não prepara. A literatura específica é escassa e as inferências a partir da psicologia social, da análise institucional e da utilização da metodologia dialética (práxis, formulação da teoria e nova prática), com o método Paulo Freire são os recursos teóricos disponíveis. Talvez por isto mesmo, este tipo de atuação seja “emergente e prioritário”, na opinião de Kiko.

Não é difícil perceber o porquê. “Do outro lado”, como assinala o psicólogo, as estratégias já existem em nível avançado. Políticas empresariais alternam táticas de repressão e desmobilização, para os momentos de crise nas relações trabalhistas, com a cooptação cotidiana, que envol-



Kiko: a demanda histórica é priorizar o coletivo

ve toda a família do trabalhador. A TELEMIG, que reúne 08 mil telefônicos, por exemplo, “recepção” diariamente famílias de empregados, para conhecê-la por dentro e solidificar a idéia da “grande família Telemig”. Num quadro mais amplo, que interfere na consciência coletiva, psicólogos assessoram a campanha de Collor à Presidência da República no sentido de estimular nas massas “identificação para ascensão na expectativa do pobre que quer ser rico e vê neste o bem sucedido, o bom, o salvador”.

Mudar estas relações, as velhas idéias e formas de pensar para resgatar a cidadania de acostumados expectadores não é fácil. Cartilhas, revistas, jornais, vídeos, cursos e seminários, além das reuniões e assembléias, fora do horário de tra-

balho, são os canais de que dispõe o formador sindical, hoje, para assessorar a massa assalariada e, principalmente, os militantes e dirigentes sindicais, na formulação de novas estratégias do movimento que, a par das dificuldades, cresce e aprimora seus quadros. Kiko enfatiza que “o trabalhador tem a capacidade de intervir e produzir conhecimento a partir da sua própria prática de mobilização e negociação. Refletir e sistematizar este conhecimento é indispensável para transformar, melhor, revolucionar as relações sociais. Cabe ao formador sindical contribuir neste processo, cujas consequências extrapolam o âmbito sindical, influenciando decisivamente no amadurecimento da consciência política de toda a população. O Brasil de hoje é prova disto”.



Agenda & outras transações

Eventos

1) III Encontro Latino-Americano de Psicologia Marxista e Psicanálise. Período — 19 a 23 de fevereiro de 1990.

Local — Havana — Cuba
Informações em BH — Heloísa H. Pereira — Tel (031) 373-1228
— Sindicato dos Psicólogos — Tel (031) 337-2718 ou 275-4115

2) II Semana Nordestina de Psicologia
Período — 23 a 27 de abril de 1990

Local — Salvador — Bahia
Informações — Tel (031) 237-3395 ou 237-7033

Cursos

1) Psicoterapia Brava: de Freud...

Início: Março de 1990
Inscrições: a partir de 01 de dezembro — tels. 226-7951 ou 226-7677. De 9 às 12 horas 14 às 18 horas. Professor. Molamar Lund Edelweiss.

2) Terapia Familiar e Conjugal
Início: Julho de 1990
Local: — São Paulo
Informações — Tel (011) 872-8460 ou 872-2873

A cargo da Sociedade de Terapia Familiar e Conjugal
3) TPC — Pfister/PMK/ZULLIGER
Início — Março 1990

Informações — Tel. 223-8609
Professora: Maria José Soares Starling

4) “Grupos, organizações, instituições”

(Bases das teorias e técnicas, Estratégias e táticas em Análise Institucional)
Início: Março 1990
Informações: Nilvana — tel. 226-5817

Professor: Gregório F. Baremlitt
5) Núcleo de Psicanálise
Cursos — Leitura de Freud — Prof.ª Rosângela Montandon
Formação em Teorias do Self e Família — Prof. Libério Ferreira Filho
Visão Crítica da Psicanálise — Teoria, método, técnica — aplicação. Prof.ª Raquel Correa Ferreira.

Família — visão política e teórica — Prof.ª Raquel Correa Ferreira
Início: Março 90
Informações: Tel. 221-8471

Concursos
1) Mestrado em Psicologia — Área de Concentração: Psicologia Cognitiva
Data de Seleção: 08 e 09/02/90
Inscrições de 1 a 30/12/89

Informações: Secretaria do Mestrado 8º andar do CFCH — Universidade Federal de Pernambuco Cidade Universitária — Recife, PE Tel (081) 271-0599

Outras transações

1) Subloca-se consultório de psicologia no centro. Tratar com Nayra, Tel. 467-3831

2) Subloca-se consultório de psicologia em Lourdes. Tratar Tel. 335-3988

3) Este espaço está à disposição dos psicólogos para a publicação gratuita de anúncios de qualquer natureza.
4) O Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais comunica seus novos telefones: 295-4115 e 295-2719;

5) Sublocam-se horários em clínica de psicologia no centro. Infraestrutura para atendimentos e cursos de pequenas turmas. Tratar Tel. 462-9484.



estante de psicologia

Peter, um bricoleur

Cibele Ruas de Melo *



“Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura” (***) é uma das mais novas surpresas literárias da atualidade. Obra-prima por sua originalidade e audácia e obra primeira deste promissor autor, o jovem Peter Pál Pelbart, filósofo que se interessou pela loucura se dispondo a abordá-la desde fora das limitações e restrições do campo psicanalítico, que o autor dispensa por constantemente remeter seus achados a uma interioridade personalógica, ao dispositivo familiar, a um teatro imaginário ou a um certo solipsismo narcisístico.

Peter prescinde de toda submissão do tema ao modo predominante da racionalidade ocidental que taticamente exclui ou se silencia a respeito da loucura ou tenta capturá-la em suas garras explicativas.

No lugar dos reducionismos corriqueiros a loucura passa a ser pensada no

plural e sem prevalência tópica, num autêntico trabalho de bricolage no qual a Literatura, a Filosofia, a Arte, a História, saberes, palavras, sons, cores, forças, etc, aparecem compondo um campo teórico desde sua relação binária e antitética com a Razão como referência primordial.

Trabalha ao mesmo tempo, e sobre o mesmo tema, com vários autores sem pretender dar-lhes um denominador comum ou extrair deles uma teoria única: Foucault, Deleuze, Blanchot, Klossowski, Derrida, etc, em sua originalidade e também “redes de reverberação e ressonância mútuas”.

Através do exame de categorias como a Desrazão, a Relação com o Fora, o Desobramento, o Neutro, a Força, o Impossível, o Obscuro, o Caos-Germe, a Fala Louca, a Dobra, a Profundidade e a Superfície, etc, o autor vai traçando um “diagrama da loucura” em que esta aparece como um “espaço mínimo maximamente atravessado”, ficando o louco como zona de projeção de totalidade do Fora, atravessado por forças, poderes, estratos, saberes, as coisas, as personagens históricas, os elementos, tudo enfim, que lhe esfacela o corpo, traga-o num vórtice infinito, transforma vísceras em pele-corpo-tela.

O Fora colaba a curvatura que a subjetividade lhe impõe, mas paradoxalmente provoca uma insulação dessa abertura e o louco se torna “objeto confinado a lugares restritos, tanto a nível imaginário (para a mãe, a família, a sociedade) como efetivamente (clínicas, hospitais, minoridade jurídica, inimizabilidade, etc)”. Paradoxo da loucura: ao mesmo tempo descampado aberto às for-

ças do Fora e exclusão, reclusão num tipo social, numa doença.

Peter vai retirando a loucura da singularidade clínica, procurando libertá-la das definições pela negatividade e encontrá-la em sua positividade: da improdutividade a um trabalho de desobramento que visa a demolição da própria noção de trabalho, linguagem, construção, inteligibilidade, etc.

A loucura, enquanto esgarçamento da dobra que nos constitui enquanto sujeitos, é abertura para um campo aberto das forças, ruína da tríade que nos constitui: Saber, Poder e Subjetividade. Descentramento e exposição ou reconstituição de algum território — que, em última instância nos delimita e nos limita, nos impede de acelerarmos rumo ao indeterminado catastrófico.

O Fora é o contrário de uma ciência: é a não-origem, a atemporalidade, o inumano, o anônimo. E a loucura é um recorte desta dimensão, mas não em sua versão concêntrica psicanalítica de Inconsciente pessoal, individual, representacional.

Para o autor, “a desrazão confinada na loucura ou na obra exigiria, quem sabe, não psiquiatrias, nem críticos de arte, mas algo que por falta de expressão mais adequada chamarei por ora de pensadores do Fora. O pensamento do Fora pode ocupar-se do Fora embutido na loucura e na arte, na filosofia ou na política”.

* Psicóloga integrante do Departamento de Formação e Cultura do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais.

** “Da clausura de fora ao fora da clausura — loucura e desrazão”, Peter Pál Pelbart, 1989, 235 pp., Ed. Brasiliense.

Lançamentos

1) 14 Conferências sobre Jacques Lacan — Fani Hisgail (org.), 1989, 135p, Ed. Escuta. Reúne os trabalhos apresentados na Semana Jacques Lacan realizada na PUC — SP em 10/88, onde psicanalistas, filósofos e semiólogos debateram a obra e o ensino de Lacan a partir dos temas: Lacan com Freud: o campo analítico; a ética da psicanálise e a direção da cura; a transmissão da psicanálise; inconsciente de Freud.

2) Introdução à Psicanálise — Luis H. Stein, 1989, 256 p. Ed. Escuta.

O livro pretende contribuir tanto para quem incursiona pela primeira vez na psicanálise como para quem, sem ser principiante, quer reler o texto freudiano à luz de certos eixos. Conceitos tais como inconsciente, sexualidade, pulsão vão constituindo uma rede inteligível de formulações que possibilitam posteriormente o acesso e a articulação de conceitos mais complexos, como os de aparelho psíquico, narcisismo, Édipo, etc.

3) Interpretação sobre o método da psicanálise, Sérvulo Augusto Figueira (org.), 1989, 155 p. Ed. Imago.

O livro reúne as principais comunicações feitas no XVII Congresso Latino Americano, realizado em julho de 1988, em São Paulo. Destina-se principalmente a iniciantes, jovens terapeutas, analistas ou estudantes, no momento em que enfrentam o dilema de se decidir por uma linha, corrente, ou escola de trabalho clínico — psicanálise ou psicodrama. Marca o congresso como momento definitivo na busca por uma definição identitária e de investigação do método psicanalítico anterior e fragmentação escolástica.

4) Vestido de Três Babados — Cláudia Coutinho, 1989, 140 p. Ed. O Lutador.

Um livro de crônicas que vão desde temas contemporâneos até reminiscências da infância vivida no interior de Minas, Cláudia Coutinho, psicóloga, formada pela PUC/MG, transcende o puro e fiel registro dos acontecimentos do dia-a-dia, tradição da crônica, filtrando ao sabor da sua sensibilidade o relato de eventos impressões com a marca do regionalismo mineiro.

5) O Enigma de Freud. Estelle Roith. 1989 p., Imago.

A autora afirma que certos elementos da cultura judaica foram parte tão integrantes da personalidade de Freud que se tornaram visíveis em sua obra, especialmente em suas atitudes e teorias para a feminilidade. Sustenta, ainda, ser equivocada a formulação freudiana da feminilidade, vista não apenas como erro, mas como resultante de uma complexa prevenção em que fatores pessoais e sociais estão correlacionados.